



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade: uma abordagem regional para a cidade de São Paulo

AURÉLIO SBIZZARRO NETO

a.sbizzarro.neto@gmail.com

ELIZABETH BORELLI

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

felin@uol.com.br

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE : UMA ABORDAGEM REGIONAL PARA A CIDADE DE SÃO PAULO

Introdução

A expansão recente dos centros urbanos e, principalmente, das regiões metropolitanas brasileiras, foi marcadamente influenciada pela crescente substituição do papel das indústrias, na geração de riqueza e de empregos, pelas atividades terciárias de comércio e serviços ligados em grande parte ao capital financeiro e a modernas tecnologias de informação e comunicação. (BÓGUS; PASTERNAK, 2015).

Em relação à cidade de São Paulo, as transformações urbanas ocorridas a partir de meados dos anos de 1970, explicitam uma mudança na hegemonia do seu padrão de crescimento. De forma sintética, pode-se dizer que até meados dos anos de 1980 houve a predominância de um padrão periférico de crescimento da cidade, associado a uma dinâmica socioespacial que viabilizava a solução do problema habitacional através da produção doméstica da casa em loteamentos de periferia.

A década de 1980 foi marcada pela estagnação industrial, acompanhada por crescente aceleração do processo inflacionário e desemprego. Nesse contexto, o Estado passa a depender mais de atividades agrícolas, refletindo o avanço do Programa Nacional do Alcool - Proálcool, da exportação de suco concentrado, soja e trigo, e das atividades do setor terciário. Novos elementos foram introduzidos em sua dinâmica, como os ajustes realizados pela indústria por meio de um intenso processo de terceirização de atividades-meio, a necessidade de novos serviços das atividades exportadoras, a hipertrofia do setor financeiro, o crescimento da administração pública. Esses fatos foram favorecidos pelas transformações qualitativas na metrópole de São Paulo, que passou a assumir a condição de um centro de serviços de âmbito nacional e mesmo internacional. (CANO; SEMEGHINI, 1992).

Assim, desde os anos 1990, São Paulo se consolidou como centro prestador de sofisticados serviços corporativos e financeiros. A direção da dinâmica de urbanização segue a hegemonia do setor financeiro e das atividades a ele agregadas - a exemplo do que ocorre em todas as grandes cidades do mundo -, atrelada à concentração da renda e à precarização das atividades produtivas de baixo valor agregado. Esse conjunto de atividades de gestão do capital, no Brasil, está centralizado no município de São Paulo. (GASPAR *et al.*, 2015).

Na primeira década do século XXI, a cidade de São Paulo é o centro nacional do setor de serviços. Além de ser o centro financeiro do país, a cidade concentra também os principais grupos empresariais nacionais e estrangeiros, o que estimula a proliferação de serviços especializados de apoio à produção e, principalmente, à gestão das empresas (SERT, 2012).

O papel polarizador da metrópole paulistana na economia brasileira contemporânea replica o funcionamento das grandes cidades mundiais, enquanto aglomerações urbano-regionais, o que justifica a preocupação com uma análise segmentada, que, neste artigo, é apresentada por sub-prefeituras, com o intuito de melhor identificar as características diversas das regiões da cidade.

No final da primeira década do século XXI, as cidades passam a contar com novos desafios, como a questão das mudanças climáticas e novas dinâmicas econômicas. Assim sendo, faz-se necessário incorporar novos instrumentos de gestão urbana, uma vez que as pressões sobre o meio ambiente englobam um complexo conjunto de fatores de ordem econômica, social e política, com significativas transformações no espaço urbano, gerando impactos ambientais e sociais. (SEPE *et al.*, 2008).

Nesse sentido, os sistemas de indicadores são instrumentos hábeis para viabilizar diagnósticos e orientar a proposição e a avaliação das políticas públicas, envolvendo o conceito de desenvolvimento que, neste artigo, se fundamenta teoricamente no paradigma do

desenvolvimento humano, de Mahbub Ul Haq e Amartya Sen, incluindo-se a questão da sustentabilidade em sentido amplo.

Referencial Teórico

O processo de desenvolvimento econômico é resultante de mudanças revolucionárias endógenas no sistema produtivo econômico, tais como as inovações, que alterarão os métodos de produção de maneira acentuada, contribuindo para o crescimento econômico no sistema capitalista, através de seus ciclos econômicos. Num ambiente econômico repleto de incertezas, principalmente em relação à produção, considerando-se o tempo econômico um aspecto fundamental, decisões do presente afetarão o comportamento do sistema econômico no futuro, trazendo resultados positivos ou negativos. (SCHUMPETER, 1985).

Dado que o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano estão estritamente relacionados, embora com enfoque e resultados são diferentes, esta análise pretende priorizar os resultados referentes ao desenvolvimento humano em seus diversos aspectos.

Para Mahbub Ul Haq (1995, p.17), o propósito básico do desenvolvimento humano deve se fundar na ampliação das escolhas das pessoas.

A diferença que define a perspectiva baseada no crescimento econômico e a das escolas de desenvolvimento humano, é que a primeira concentra-se exclusivamente na expansão de apenas uma escolha – renda – enquanto que a segunda abrange a ampliação por todas as escolhas humanas – sejam econômicas, sociais, culturais ou políticas. Poderia também se argumentar que a expansão da renda pode ampliar todas as outras opções de escolhas. Mas não é necessariamente o que ocorre, por diversas razões. (Ul Haq, 1995, p. 17).

De acordo com o autor, algumas escolas do pensamento econômico têm uma perspectiva de desenvolvimento humano estritamente relacionada aos níveis de crescimento econômico; em contrapartida, outras têm como foco a expansão das escolhas das pessoas.

Ainda de acordo com Mahbub Ul Haq, embora o crescimento econômico possa ampliar as escolhas das pessoas, isso nem sempre ocorre, de fato. Além disso, o foco restrito somente ao crescimento econômico traz como limitação a possibilidade de se analisar somente uma das escolhas, dentre várias, que as pessoas eventualmente valorizam e podem fazer. O autor enfatiza, também, que os rendimentos costumam e podem ser distribuídos de forma desigual dentro de uma sociedade, sendo que as parcelas das populações que possuem acesso limitado a recursos, terão como consequência severas restrições a suas escolhas.

Ul Haq (1995, p. 18) destaca que não existe um “link automático” entre rendimentos e vidas humanas, no entanto, considera que já há algum tempo o pensamento econômico tem a presunção que tal tipo de “automatismo” existe. Apesar de muitas escolhas humanas dependerem do nível de rendimentos ou riqueza dos indivíduos, algumas escolhas não estão condicionadas aos níveis de rendimentos ou riqueza, tais como; democracia, respeito entre os membros familiares, tratamento igualitário entre homens e mulheres. Ul Haq (1995, p. 18) considera que valores sociais e tradições culturais independem do nível de renda, sendo que podem ser mantidos nos mais diversos níveis de rendimentos.

Ul Haq (1995) destaca, também, que as escolhas humanas se estendem para muito além do bem-estar econômico. O conhecimento, a saúde, o meio ambiente preservado, a liberdade política ou simples prazeres da vida podem ou não ser expandidos através da riqueza nacional; trata-se de escolhas que não são largamente ou totalmente dependentes da renda.

De acordo com o seu paradigma do desenvolvimento, o crescimento econômico pode não resultar em ampliação das escolhas, ou seja, em desenvolvimento humano. Em sua visão, a qualidade do crescimento é tão importante quanto a quantidade. Sendo assim, é primordial dar mais ênfase aos aspectos qualitativos do crescimento, o que irá requerer mudanças estruturais, envolvendo o aperfeiçoamento de estruturas econômicas e de poder.

Para uma melhor correlação entre o crescimento econômico e a ampliação das escolhas humanas, podem ser necessárias medidas tais como, promover reforma agrária de longo alcance, sistemas tributários com regimes fiscais progressivos, ampliação do crédito bancário para pessoas pobres, expansão dos serviços sociais básicos de forma que seu alcance se estenda a toda população, estabelecimento de redes de proteção e segurança social para indivíduos ignorados pelos mercados ou ações de políticas públicas, entre outros, podendo variar de acordo com os países.

Como ponto de partida, as pessoas devem ser colocadas “centro do palco”, ou seja, devem ser consideradas como o centro e o objetivo final das políticas públicas, que deverão ser voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

O autor propõe que se trate o desenvolvimento como um conceito holístico, de forma global, com abrangência em toda a sua totalidade.

Os indicadores macroeconômicos podem indicar perspectivas futuras de crescimento, de distribuição de renda e riqueza, gastos e investimento sociais, investimentos em tecnologia e sustentabilidade. Todos os aspectos da vida - econômicos, políticos ou culturais - são vistos a partir dessa perspectiva; o crescimento econômico, como tal, torna-se apenas um subconjunto do paradigma de desenvolvimento humano.

Amartya Sen (2000), ao tratar a temática do desenvolvimento humano, considera que existem problemas novos convivendo com antigos, tais como: fome coletiva, fome crônica, violação de liberdades, desigualdade entre os gêneros, ameaças cada vez maiores à sustentabilidade do ambiente, bem como da vida econômica e social, entre outros.

Considera, também, que os avanços tecnológicos registrados pelo planeta são extraordinários; simultaneamente, há dados preocupantes referentes à vida das pessoas, que pioraram diante do impacto da crise internacional de 2008.

O autor enfatiza enormes paradoxos com os quais se convive: a) o planeta poderia produzir alimentos para uma população bem maior do que a atual e, no entanto, 1 bilhão de pessoas passam fome; b) as reservas de água atuais seriam suficientes para suprir a sede de toda a humanidade e 1,2 bilhão de pessoas não tem acesso à água tratada; c) 2,6 bilhões de pessoas não possuem acesso a sistemas de saneamento e essa situação compromete gravemente suas vidas, através do impacto que essa privação causa na saúde. (SEN, 2010).

Sen (2000) destaca que, apesar de aumentos sem precedentes na geração de riquezas a nível global, faz-se comum nas diversas sociedades do mundo, a negação de liberdades elementares a um grande número de pessoas, sendo que em alguns casos, tal situação se traduz, inclusive, na realidade da maioria dos indivíduos.

Por ausência de liberdades substantivas, o autor menciona a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição que permita uma vida saudável, de obter remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de ter moradia ou se vestir de modo apropriado.

Além da pobreza econômica, o autor enfatiza, também, que a privação de liberdades pode estar relacionada à carência de serviços públicos e assistência social, bem como à carência de sistemas educacionais ou de segurança, que sejam capazes de garantir a paz e a ordem.

As privações de liberdade podem estender-se ainda a restrições relacionadas aos direitos civis, direitos de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2000).

De certa forma, a perspectiva da liberdade está relacionada à possibilidade ou não de se ter a liberdade de viver com dignidade. Isso inclui ter acesso à moradia e renda suficiente, sistemas educacionais e de saúde de qualidade, viver em uma sociedade onde a paz e a segurança prevaleçam e os direitos civis e políticos sejam respeitados; ter acesso à água potável e ao saneamento básico, o que inclui a preservação do meio-ambiente e a não poluição.

Entretanto, a desigualdade faz-se presente em todos os países do mundo; países ricos convivem, atualmente, com parcelas de suas populações sujeitas a viver em condições de pobreza, assim como existem muitos países pobres que concentram, simultaneamente, extrema desigualdade. O resultado é que uma ampla parcela das populações, nesses países, vivem em condições extremamente difíceis.

De acordo com Sen (2000), oportunidades sociais estão relacionadas às liberdades instrumentais que a sociedade estabelece e viabiliza nas áreas de educação e saúde, que tem influência na liberdade substantiva do indivíduo ter uma vida com mais qualidade. Possuir sistemas educacionais e de saúde eficientes pode contribuir exponencialmente para a ampliação das liberdades instrumentais dos indivíduos; isso se dá através do acesso a se ter uma vida saudável, ao conhecimento através de instrução educacional, por exemplo.

Muitos países do mundo já possuem sistemas educacionais e de saúde considerados de qualidade. No entanto, principalmente nos países em desenvolvimento, a falta de acesso à educação e saúde de qualidade faz parte da realidade de grande parcela das populações, comprometendo o bem-estar social e as condições de vida desses indivíduos.

Estar em condição de vulnerabilidade social faz parte da realidade de parcelas das populações de praticamente todos os países (CIA, 2014). Dessa forma, sistemas eficientes de segurança protetora são importantes para a ampliação das liberdades substantivas dos indivíduos, seja para protegê-los do desemprego, da pobreza extrema, da fome ou até mesmo para garantir condições dignas de vida após a aposentadoria.

Uma ênfase excessiva é dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, deixando em segundo plano a desigualdade em outros aspectos - tais como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social. Ou seja, não se pode identificar a desigualdade econômica com a desigualdade de renda.

Materializando seus ideais, em 1990, Ul Haq e Sen criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, ao contrário de outros indicadores, trazia como proposta medir o desenvolvimento não apenas pelo rendimento nacional, mas também por indicadores de outras variáveis, tais como educação e saúde, baseando-se, teoricamente, no enfoque das escolhas. (IPEA, 2010).

O século XXI vem se caracterizando por profundas mudanças decorrentes de novos modelos de gestão socioambiental, com base no trinômio capital, meio ambiente e justiça social, fundamentando-se na evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, com foco no meio ambiente, para o de sustentabilidade, no qual são contemplados, além do meio ambiente, a sociedade e o capital. Assim, a gestão da sustentabilidade no âmbito dos países deve ser facilitada, estimulada e fomentada pelos seus governos, legitimados por formas democráticas de escolha. (AQUINO *et al.*, 2014).

Neste artigo, a abordagem da mensuração do conjunto de indicadores será feita em torno das dimensões: educação, renda, saúde, trabalho, sustentabilidade e vulnerabilidade social, eleitas com base nas discussões que vêm acontecendo desde a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, em 1972, passando pelo relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Brundtland, em 1987, e ainda, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que aprovou o documento Agenda 21. Neste, que se constitui num conjunto de ações para a proteção do planeta e para o

seu desenvolvimento sustentável, as ações preconizadas abrangem a sociedade como um todo, nas suas diferentes formas de organização.

A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, criada em 2002, recomendou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o estabelecimento dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, que vêm sendo adotados desde 2002. Pretende-se, assim, compatibilizar esses conceitos aos apresentados sobre o desenvolvimento humano, numa abordagem holística.

Metodologia

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH vem sendo divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde 1990, com a finalidade de monitorar e comparar de forma ampla o progresso realizado pelas diferentes regiões e países do mundo, em termos de melhoria da qualidade de vida das populações. Esse índice é divulgado anualmente, junto com o Relatório de Desenvolvimento Humano - RDH.

Conforme a metodologia utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, desde 1990, o IDH é dividido em três dimensões. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2010), a primeira dimensão refere-se à possibilidade de desfrutar de uma vida longa, é a dimensão de expectativa de vida; para obter-se bons resultados faz-se necessário ter condições adequadas de saúde, nutrição, saneamento, dentre outros. A segunda dimensão está associada à possibilidade de se obter conhecimento, que é dado por indicadores educacionais. O indicador educacional considera a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior. Finalmente, a terceira dimensão se refere à disponibilidade de recursos, sendo definida com o PIB *per capita* do país, porém para o cálculo do IDH, a renda *per capita* é ajustada segundo a paridade do poder de compra (PPC), que permite a comparação de renda entre os países, não considerando variações na taxa de câmbio, e somente os preços reais da economia.

Em suma, o IDH considera os seguintes indicadores: 1. Longevidade, medida em anos representando a expectativa de vida ao nascer; 2. Educação, medida através da combinação de dois indicadores: taxa de alfabetização de adultos (com peso de 2/3) e uma combinação de taxa de matrícula no ensino fundamental, médio e superior (com peso de 1/3); 3. Padrão de vida medido pelo PIB real em dólares *per capita*, ajustado pela paridade do poder de compra.

O que está por trás dessa combinação de indicadores é a ideia de que o crescimento do PIB *per capita* deve vir acompanhado de um aumento na esperança de vida dos habitantes, juntamente com uma melhora nas condições de educação, de modo a tornar esse crescimento universal e fazer com que ele se traduza em desenvolvimento socioeconômico e bem-estar social.

O desenvolvimento humano... reúne a produção e distribuição de bens e a expansão e utilização das capacidades humanas. Também se centra nas escolhas – sobre o que as pessoas devem ter, ser e fazer para assegurarem sua própria subsistência. Além disso, o desenvolvimento humano preocupa-se não apenas com a satisfação das necessidades básicas, mas também com o desenvolvimento humano como um processo participativo e dinâmico. Aplica-se de forma igual aos países desenvolvidos e aos altamente desenvolvidos (PNUD, 2010, p. 13)

O RDH de 2010 trouxe como destaque uma profunda reflexão referente ao alcance, eficácia e popularidade do IDH durante seus primeiros vinte anos de publicação. Além disso, algumas mudanças foram introduzidas para a metodologia de cálculo do indicador. O objetivo

principal dessas mudanças foi o de aperfeiçoar, atualizar e atender a críticas, recomendações e sugestões consideradas construtivas e válidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (PNUD, 2010). De acordo com a nova metodologia de cálculo do IDH, “o Índice de Desenvolvimento Humano permanece como uma medida agregada do desenvolvimento em três dimensões – saúde, educação e rendimento.” (PNUD, 2010, p. 15). O Quadro 1 relaciona as principais mudanças efetuadas na metodologia de cálculo com relação à dimensão educação, compreendendo características do “velho IDH”, que passa a trabalhar com outras variáveis.

Quadro 1 – Comparação entre “IDH antigo” e “IDH novo”: dimensão educação.

Variável no ‘velho IDH’	Variável no ‘novo IDH’	Significado	Vantagem
Alfabetização	Anos Médios de Estudo	É o número médio de anos de educação recebidos pelas pessoas que tem 25 anos ou mais.	- discrimina melhor a educação da população do que simplesmente o analfabetismo. - é uma variável mais sensível ao progresso.
Matrícula combinada - em % - (primário, médio e terciário)	Anos Esperados de Escolaridade	É o número de anos de escolaridade que uma criança na idade de entrar na escola pode esperar receber.	- leva em consideração taxas de matrícula em relação à idade das crianças. - trata de elementos qualitativos do ensino.

Fonte: Programa das Nações Unidas (PNUD): O Novo IDH, 2010, p. 2

Elaboração própria.

O PNUD considera que a variável “anos médios de estudo” discrimina de maneira mais acertada a educação da população. Com essa alteração, torna-se possível medir de forma quantitativa sua média de anos de estudos. Em relação aos anos esperados de escolaridade, considera-se as taxas de matrícula, correlacionando-as com a idade das crianças; dessa forma, medem-se também as perspectivas futuras de nível educacional.

Além disso, os anos esperados de escolaridade têm com diferencial tratar também de elementos qualitativos do ensino; por exemplo, mede-se o percentual de matrícula nos diversos níveis de ensino, detalhando as taxas brutas de matrículas de acordo com as segmentações: fundamental, médio e superior.

De acordo com o PNUD (2010), a variável alfabetização é muito simples, já que considera somente duas opções para se classificar os indivíduos: alfabetizados ou analfabetos; com isso, não se avalia o avanço em anos adicionais de escolaridade que os indivíduos possam ter. Considera, também, que a variável “matrícula combinada”, utilizada no “velho IDH”, não consegue elucidar questões relativas a níveis qualitativos com relação aos sistemas educacionais dos países.

Com relação à medição da dimensão saúde, não houve mudanças, já que continua sendo utilizada a variável expectativa de vida. Além dessas alterações, o PNUD reformulou o modelo de cálculo dos índices das três dimensões e também os parâmetros de normatização.

De acordo com o PNUD (2010), uma mudança que pode ser considerada fundamental é a adoção da média geométrica, já que esse método respeita mais as diferenças intrínsecas do que uma média simples. A grande vantagem é que não há mais uma “substitutibilidade” perfeita entre as dimensões, como havia anteriormente, com a média aritmética entre 0 e 1.” (PNUD, 2010, p. 152).

Quadro 2: Dimensões e indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

NOVO IDH	SAÚDE	EXPECTATIVA DE VIDA
	CONHECIMENTO	ANOS MÉDIOS DE ESCOLARIDADE ANOS ESPERADOS DE ESCOLARIDADE
	PADRÃO DE VIDA DECENTE	RNB <i>per capita</i> ppc

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010, p.3
Elaboração própria.

Como o objetivo deste trabalho centra-se na cidade de São Paulo, julgou-se oportuno abordar a metodologia do IDHM. “O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios brasileiros, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 1998.” (PNUD; IPEA; FJP. 2013).

O IDHM permite ajustar o IDH para a realidade dos municípios e regiões metropolitanas, bem como, através dos resultados obtidos, refletir as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano.

As dimensões do IDHM são as mesmas do IDH: educação, saúde e renda, mas há alguns indicadores diferentes. Os valores também variam de 0 a 1, utilizando-se dos mesmos parâmetros para classificação das regiões em baixo, médio, alto ou muito alto desenvolvimento humano, exatamente como no IDH.

Uma utilização adequada do IDH em nível municipal exige, necessariamente, certas adaptações. A questão básica é que o IDH foi inicialmente idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista demográfico (no sentido de que não há migração temporária).

Municípios, no entanto, são espaços geopolíticos relativamente abertos e por este motivo foram realizadas algumas adaptações nos indicadores. Em municípios, ocorre frequentemente de os indivíduos migrarem de um município para outro para estudar, trabalhar, dentre, outras diversas atividades; caso adaptações não fossem efetuadas, isso poderia interferir diretamente nos resultados obtidos, como por exemplo, nas dimensões educação e padrão de vida.

De acordo com o PNUD; IPEA; FJP (2013), na dimensão “educação”, o índice final é calculado utilizando-se dois indicadores: “...um indicador fornece informação sobre a situação educacional da população adulta e um referente à população em idade escolar (jovens). Entretanto, as variáveis são outras.” (PNUD; FJP; IPEA. 2013).

Diferentemente do IDH global, em que é utilizado o indicador da média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais, para o IDHM não foi possível se obter esse tipo de

informação através do Censo 2010. Sendo assim, esse indicador foi substituído pela proporção da população adulta de 18 ou mais que concluiu o ensino fundamental.

Este indicador permite uma boa avaliação do nível de carência da população adulta em relação à escolaridade considerada básica. Com relação à população jovem, para o IDH global utiliza-se o indicador de expectativa de vida escolar, que é uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência, e inclui o ensino superior. “A adaptação do IDHM para os contextos nacional e municipal foi feita com uma combinação de 4 indicadores que permitem verificar até que ponto as crianças e os jovens estão frequentando e completando os determinados ciclos da escola” (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Com relação à dimensão “renda”, enquanto o IDH global utiliza a Renda Nacional Bruta per capita em paridade de poder de compra, o IDHM “considera a renda municipal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em um determinado município, expressa em Reais por meio da renda per capita municipal.” (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

No que tange à dimensão saúde, é utilizado para o IDHM a mesma variável utilizada para o IDH global; o índice da saúde é calculado pela esperança de vida ao nascer, “...ou seja, o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmo padrões de mortalidade do ano de referência” (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Destaque-se ainda, que, embora o IDHM não abranja todos os aspectos do desenvolvimento humano, sintetiza três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano, quais sejam, longevidade, educação e renda, e se constitui num importante instrumento de informação. Contribui, também, para a superação de desafios locais referentes ao estado da qualidade de vida, nas unidades federativas, municípios, regiões metropolitanas e unidades de desenvolvimento humano (UDH's) brasileiras. (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Os indicadores que compõem as dimensões do IDHM, bem como os indicadores que compõem as dimensões do IDH global, são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Comparação entre Indicadores do IDHM e Indicadores do IDH.

	Longevidade	Educação: População adulta	Educação: População jovem	Renda
IDHM Brasil	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo	5-6 na escola 11-13 nos anos finais do fundamenta 15-17 com fundamental completo 18-20 com médio completo	Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ago/2010)
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de Anos de estudo 25 +	Anos esperados de estudo	Renda média nacional <i>per capita</i> (U\$\$ ppc 2010)

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. 2013.

Na comparação, é possível notar-se as principais diferenças entre os dados utilizados para as duas metodologias de cálculo. Uma utilização adequada do IDH em nível municipal exige, necessariamente, certas adaptações.

A questão básica é que o IDH foi inicialmente idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista demográfico (no sentido de que não há migração temporária). Municípios, no entanto, são espaços geopolíticos relativamente abertos e por este motivo foram realizadas algumas adaptações nos indicadores. Em municípios, ocorre frequentemente de os indivíduos migrarem para estudar, trabalhar, dentre outras atividades; caso adaptações não fossem efetuadas, isso poderia interferir diretamente nos resultados obtidos, como por exemplo, nas dimensões educação e padrão de vida.

Além disso, diferenças também ocorrem em relação à fonte de dados para os dois índices: para o cálculo do IDHM, todos os dados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE, ao passo que o IDH Global traz dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Instituto de Estatísticas da UNESCO, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.(PNUD; IPEA; FJP; 2013).

Resultados obtidos

A análise aqui apresentada pode ser considerada um reflexo, mesmo que de forma simplificada, da mudança nas formas de se medir desenvolvimento e sustentabilidade, propostas pelos teóricos do desenvolvimento humano, bem como das metodologias apresentadas anteriormente.

Parte-se da premissa da utilização de dados de forma desagregada, com o intuito de se refletir os aspectos de equidade e de distribuição, bem como buscar uma análise que não se baseie unicamente numa dimensão.

Com relação à desagregação dos dados, optou-se pela distribuição através das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, pode-se considerar como positivos os resultados alcançados, tendo em vista que o IDHM aumentou em todas as subprefeituras da cidade, durante essa primeira década do século XXI. Por outro lado, são notáveis também as imensas disparidades com relação ao IDHM dentro da cidade. Pinheiros – a subprefeitura com melhor IDH – possuía em 2010 um IDHM de 0,942, índice superior ao da cidade considerada como a mais desenvolvida do Brasil, São Caetano do Sul, que, para esse mesmo ano possuía um IDHM de 0,862. Na outra ponta, tem-se a subprefeitura de Parelheiros, que registrou para o ano de 2010 um IDHM de 0,680, índice comparável ao da cidade de Carpina em Pernambuco, que obteve a colocação 2439º dentre 5565 cidades brasileiras para aquele ano. (FJP; IPEA; PNUD, 2013).

Os contrastes são imensos; nota-se que as subprefeituras localizadas nos extremos da cidade: leste, oeste, norte e sul, com destaque para os extremos leste e sul, possuíam, tanto em 2000 quanto em 2010, os piores IDHMs da cidade.

Apesar do índice ter evoluído em todas as subprefeituras, essas continuam como as regiões menos favorecidas. Por outro lado, as regiões centrais permaneceram concentrando os maiores IDHM dentre as subprefeituras da cidade, com destaque para: 1º Pinheiros (0,942), 2º Vila Mariana (0,938) e 3º Santo Amaro (0,909).

Tabela 1 - IDHM das Subprefeituras da cidade de São Paulo: 2000 – 2010

Ranking	Subprefeitura	IDHM (2000)	IDHM (2010)	Variação (%)
1°	Pinheiros	0,910	0,942	3,52
2°	Vila Mariana	0,897	0,938	4,57
3°	Santo Amaro	0,867	0,909	4,84
4°	Lapa	0,849	0,906	6,71
5°	Sé	0,831	0,889	6,98
6°	Mooca	0,811	0,869	7,15
7°	Santana / Tucuruvi	0,811	0,869	7,15
8°	Butantã	0,789	0,859	8,87
9°	Ipiranga	0,759	0,824	8,56
10°	Aricanduva / Vila Formosa	0,762	0,822	7,87
11°	Jabaquara	0,756	0,816	7,94
12°	Penha	0,745	0,804	7,92
13°	Casa Verde	0,732	0,799	9,15
14°	Vila Maria / Vila Guilherme	0,733	0,793	8,19
15°	Pirituba / Jaraguá	0,718	0,787	9,61
16°	Vila Prudente	0,723	0,785	8,58
17°	Campo Limpo	0,699	0,783	12,02
18°	Ermelino Matarazzo	0,707	0,777	9,90
19°	Jaçanã / Tremembé	0,716	0,768	7,26
20°	Freguesia do Ó / Brasilândia	0,677	0,762	12,56
21°	Cidade Ademar	0,662	0,758	14,50
22°	Itaquera	0,691	0,758	9,70
23°	Capela do Socorro	0,656	0,750	14,33
24°	São Miguel Paulista	0,650	0,736	13,23
25°	São Mateus	0,658	0,732	11,25
26°	Perus	0,637	0,731	14,76
27°	Itaim Paulista	0,639	0,725	13,46
28°	M'Boi Mirim	0,638	0,716	12,23
29°	Guaianases	0,621	0,713	14,81
30°	Cidade Tiradentes	0,634	0,708	11,67
31°	Parelheiros	0,593	0,680	14,67

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD; IPEA; FJP, 2013.

Elaboração própria.

Partindo da contribuição dos autores, buscou-se sistematizar indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade para a cidade de São Paulo, dentro do objetivo de considerar o desenvolvimento humano sustentável de forma ampla, considerando, também, os aspectos distributivos referentes à cidade, a partir dos dados desagregados para as subprefeituras. Para a construção de tal sistema, foram considerados os indicadores referentes às dimensões: educação, renda, saúde, sustentabilidade, trabalho e vulnerabilidade social.

Com relação às dimensões educação e saúde, foram utilizados os seguintes

indicadores: taxa de analfabetismo com 18 anos ou mais, percentagem da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo, expectativa de vida e mortalidade infantil até 5 anos (a cada 1000 nascidos vivos).

Para as dimensões renda, trabalho, sustentabilidade e vulnerabilidade social, foram utilizados os seguintes indicadores: renda domiciliar *per capita* média mensal, índice de Gini e percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos, taxas de extrema pobreza e de pobreza, grau de formalização dos trabalhadores e taxa de desemprego, percentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, percentagem de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor no total de chefes de família e percentagem de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Partindo do pressuposto que todas as dimensões do desenvolvimento humano sustentável são de igual importância, foi atribuído peso igual para todos os indicadores. O método de pontuação se deu através da atribuição de um valor de 1 a 31, de acordo com a colocação obtida pela subprefeitura, em cada um dos indicadores analisados. Para o caso de empate dos indicadores, por exemplo: “mesmo número de anos de expectativa de vida ao nascer”, foi atribuída a mesma nota para subprefeituras onde tal empate ocorreu, sendo que nestes casos o valor máximo de pontuação foi diminuído, descontando o total de casos de empates.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 2, não houve grandes mudanças quando consideradas quais subprefeituras da cidade eram mais desenvolvidas para os anos 2000 e 2010.

Pode-se considerar que existem duas regiões distintas, no que tange à distribuição do desenvolvimento humano sustentável da cidade de São Paulo: a região central e as periferias. As subprefeituras localizadas nos bairros centrais apresentaram os melhores resultados, tanto em 2000, quanto em 2010 e quando considerados os piores resultados, o mesmo ocorreu com as subprefeituras localizadas nas periferias ou extremos da cidade. Vale ressaltar o caso específico da subprefeitura de Parelheiros, que apresentou em 2000 e em 2010, indicadores piores, inclusive, do que as outras subprefeituras localizadas nas periferias. Isso reflete um movimento de crescimento populacional para os extremos leste e sul da cidade, sendo que na zona sul, tal ocupação tem ocorrido em áreas de proteção de mananciais, carentes de infraestrutura e com maior impacto ambiental. A subprefeitura de Parelheiros localiza-se exatamente nesta região.

Quanto maior a pontuação obtida, melhores os resultados alcançados pelas subprefeituras, considerando os indicadores referentes às diversas dimensões do desenvolvimento humano sustentável. Nota-se que em 2000 e 2010, as subprefeituras mais desenvolvidas da cidade foram: Vila Mariana, Pinheiros e Santo Amaro, respectivamente. Não houve grandes mudanças de colocações nessa primeira década do século XXI; as regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, no geral, permaneceram as mesmas. Os resultados obtidos podem ser considerados positivos, para a maioria dos casos, com relação à evolução de praticamente todos os indicadores. No entanto, simultaneamente, apesar de tal melhora, a diferença dos resultados entre os bairros centrais e os localizados nos extremos da cidade, permanece elevada.

Além dos resultados apresentados, destaca-se, ainda, a recomendação para a medição do desenvolvimento humano sustentável através de novas propostas. De acordo com as recomendações de UI Haq e Sen, deve-se buscar cada vez mais mensurações que abranjam tal conceito em toda sua amplitude, bem como, considerar questões distributivas e qualitativas dos indicadores em todas as dimensões – tal proposta serviu com base de metodologia para a mensuração apresentada referente à cidade de São Paulo, mesmo que de forma simplificada, considerando diversas limitações existentes.

Tabela 2 – Classificação das subprefeituras da cidade de São Paulo segundo indicadores de desenvolvimento humano sustentável nos anos:2000 e 2010.

Ranking 2010	Ranking 2000	Subprefeitura	Pontos (2000)	Pontos (2010)
1º	1º	Vila Mariana	374	367
2º	2º	Pinheiros	373	365
3º	3º	Santo Amaro	337	339
4º	6º	Lapa	333	337
5º	7º	Santana / Tucuruvi	319	331
6º	4º	Sé	318	313
7º	5º	Mooca	316	293
8º	9º	Ipiranga	280	282
9º	8º	Aricanduva / Vila Formosa	272	267
10º	11º	Jabaquara	270	258
11º	10º	Butantã	258	254
12º	12º	Penha	248	251
13º	14º	Casa Verde	232	234
14º	13º	Vila Maria / Vila Guilherme	222	232
15º	17º	Ermelino Matarazzo	222	203
16º	21º	Campo Limpo	211	194
17º	16º	Vila Prudente	195	190
18º	15º	Pirituba / Jaraguá	167	189
19º	19º	Freguesia do Ó / Brasilândia	162	172
20º	18º	Itaquera	161	169
21º	20º	Jaçanã / Tremembé	159	160
22º	22º	Cidade Ademar	122	132
23º	23º	Capela do Socorro	108	123
24º	24º	Perus	105	121
25º	26º	M'Boi Mirim	102	111
26º	27º	São Miguel Paulista	99	96
27º	25º	São Mateus	98	88
28º	29º	Itaim Paulista	78	86
29º	28º	Cidade Tiradentes	73	85
30º	30º	Guaianases	59	73
31º	31º	Parelheiros	26	39

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD; IPEA; FJP, 2013.

Elaboração própria.

Considerações finais

O debate sobre a temática do desenvolvimento permanece intenso e aberto. Mahbub Ul Haq apresentou a perspectiva de desenvolvimento humano enfatizando as escolhas das pessoas, e de suas análises surgiu o IDH, indicador que passou a ser utilizado como alternativa ao PIB, para a mensuração do desenvolvimento humano.

Amartya Sen contribuiu com a análise a partir de uma perspectiva do desenvolvimento como liberdade centrada nas pessoas, que de acordo com o autor “devem ser movidas para o

centro do palco” e consideradas tanto como os meios, como os fins do desenvolvimento.

Através dos indicadores de desenvolvimento humano sustentável na cidade de São Paulo, considerando-se os anos de 2000 e 2010, buscou-se apresentar um panorama da situação geral da cidade, considerando-se as questões distributivas e holísticas, referentes às subprefeituras, com o leque de indicadores disponíveis nas diversas dimensões.

Os resultados obtidos demonstraram que nessa primeira década do século XXI, a cidade de São Paulo obteve melhora em seus indicadores. Entretanto, ficou claro, também, que o desenvolvimento humano é distribuído de forma muito desigual na cidade. Evidencia-se que algumas regiões, especificamente as subprefeituras localizadas na região central, possuem indicadores elevados em todas as dimensões; em contrapartida, as subprefeituras localizadas nos extremos da cidade, ou periferias, apesar de, também, terem obtido melhoras em seus indicadores, no período de 2000 a 2010, ainda possuem índices muito inferiores quando comparados às outras regiões da cidade. As desigualdades entre as subprefeituras apresentam-se em todas as dimensões: educação, renda, saúde, sustentabilidade, trabalho e vulnerabilidade social. Nota-se que as subprefeituras localizadas nos extremos leste e sul da cidade, possuem os piores indicadores em todas as dimensões, sem exceção. Houveram melhoras, no entanto, insuficientes, para fazer com que tais regiões da cidade obtivessem indicadores próximos aos das regiões centrais da cidade.

Os conceitos de desenvolvimento humano sustentável estão ainda em aberto e o debate colabora para o aperfeiçoamento das mensurações e métricas, resultando, conseqüentemente, em políticas econômicas, públicas e sociais mais eficientes.

Para que os indivíduos da cidade de São Paulo sejam considerados os meios e os fins do desenvolvimento, para que sejam colocados no “centro do palco”, seus indicadores de desenvolvimento humano sustentável ainda precisam melhorar muito. Partindo-se dos resultados atuais, tudo indica que o caminho ainda será longo; é essencial que o progresso obtido nesses primeiros dez anos do século XXI seja mantido e ampliado. Será primordial focar na ampliação do bem-estar social dos habitantes residentes nas subprefeituras localizadas nos extremos, ou periferias da cidade. São Paulo não alcançará um desenvolvimento humano sustentável harmonioso enquanto isso não ocorrer; as políticas econômicas, públicas e sociais devem priorizar essas regiões da cidade, conjugadas a esforços de manutenção e melhoria do desenvolvimento humano em outras regiões.

Todos os conceitos inclusos nas diversas dimensões carecem de melhorias: educação, renda, saúde, trabalho, sustentabilidade e vulnerabilidade social. São Paulo precisa, de fato, alçar seus habitantes à condição de meios e fins de seu desenvolvimento. Dessa forma, considerando todos os indivíduos, de todas as regiões da cidade, espera-se obter uma ampliação do desenvolvimento humano sustentável, de forma mais equitativa e harmoniosa.

Referências Bibliográficas

AQUINO, A.R.; ALMEIDA, J.R. SENNA, M. L. G. S. ;V. A. DUTRA; MARTINS, T.P. *Indicadores de desenvolvimento sustentável: uma visão acadêmica*. Rio de Janeiro: Rede Sirius; OUERJ, 2014.

BÓGUS, L.M.M.; PASTERNAK, S. São Paulo na transição demográfica. In BÓGUS, L.M.M.; PASTERNAK, S.(org.). *São Paulo: transformações na ordem urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CANO, W. e SEMEGHINI, U. C. Diagnóstico do setor de serviços: documento básico. In: CANO, W. (Coord.). *São Paulo no limiar do século XXI: diagnósticos setoriais da economia paulista, setores de indústria e serviços*. São Paulo: Fundação Seade, 1992. V. 3.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. 2014. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/download/download-2014>. Acesso em 10/06/2016.

GASPAR, R.C.; APARÍCIO, C.A.P.; BESSA, V.C. A Metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna. In: BÓGUS, L.M.M.; PASTERNAK, S.(org.). *São Paulo: transformações na ordem urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Atlas brasil*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> . Acesso em: 08/03/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Nota técnica de apoio ao lançamento do relatório de desenvolvimento humano 2010 “A verdadeira riqueza das nações”*: O novo IDH. 2010, 11 pg.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do desenvolvimento Humano 2010 (RDH 2010)* . A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. 2010, anual, 253 pg.

SCHUMPETER, J.L. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo : Abril Cultural, 2 ed.,1985.

SEN, Amartya. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.

SEPE, P.M; MACIEL, Y. R.; COSTA, F. C.; RINETTE, M. C. ; AKAMINE, T. *Caracterizando a interação sociedade-natureza- o uso de indicadores ambientais como subsídio às políticas públicas de meio ambiente: a experiência da cidade de São Paulo* . Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - Prefeitura do Município de São Paulo/Brasil, 2008.

SERT. Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) do Estado de São Paulo. *Boletim FOCO 2011*. Região Metropolitana de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/projetos/simtrabalho>. Acesso em: 01/09/2016.

UL HAQ, M. *Reflections on human development*.Londo, Oxford University Press, 1995.